

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
PARA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
ENTRE A FUNDAÇÃO OSWALDO
CRUZ E A UNIVERSIDADE DE LA RE-
PÚBLICA

A **Fundação Oswaldo Cruz**, instituição da Administração Pública Federal, vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil, com sede na Av. Brasil 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21040-900, Brasil, doravante denominada **Fiocruz**, representada por sua Vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação, **Marly Marques da Cruz**; e a Universidade da República, doravante denominada **Udelar**, com domicílio na Av. 18 de Julio 1824, 11200 Montevideo, República do Uruguai, representada pelo Reitor **Héctor Cancela Bosi**, atuando em nome e representação desta instituição, em conformidade com a sua Lei Orgânica 12.549, de 29 de outubro de 1958, quem delega para a assinatura deste ato no presidente do Serviço de Relações Internacionais (SRI), Gonzalo Vicci Gianotti, segundo a resolução 370/2025 de 21 de julho de 2025; neste Memorando, conjuntamente denominadas **Partes**;

Considerando:

O Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e Uruguai.

Decidem formalizar o presente Memorando de Entendimento, doravante denominado MdE:

Artigo Primeiro: Objetivos:

1.1 As Partes estabelecem o presente Memorando de Entendimento (MdE) com os objetivos de criar entendimento mútuo, estabelecer ambiente cooperativo e definir, em comum acordo, as bases da cooperação internacional a ser desenvolvida nas áreas de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, comunicação, informação, ges-

MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO
PARA LA COOPERACIÓN INTER-
NACIONAL ENTRE LA FUNDACIÓN
OSWALDO CRUZ Y LA UNIVERSI-
DAD DE LA REPÚBLICA.

La **Fundación Oswaldo Cruz**, una institución de la administración pública federal, que depende del Ministerio de Salud de Brasil, con sede en la Av. Brasil 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21040-900, Brasil, en lo sucesivo, **Fiocruz**, representada por su Vicepresidente de Educación, Información y Comunicación, **Marly Marques da Cruz** y la Universidad de la República, en adelante **Udelar**, con domicilio en Avda. 18 de Julio 1824, 11200 Montevideo, República de Uruguay, representada por el Rector **Héctor Cancela Bosi**, actuando en nombre y representación de esta institución, de conformidad con su Ley Orgánica 12.549, del 29 de octubre de 1958, quien delega para este acto la firma en el presidente del Servicio de Relaciones Internacionales (SRI), Gonzalo Vicci Gianotti, según resolución 370/2025 del 21 de julio de 2025; en este Memorando, denominadas conjuntamente las **Partes**;

Considerando:

El Convenio Básico de Cooperación Técnica, Científica y Tecnológica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y Uruguay.

Deciden formalizar el presente Memorando de Entendimiento, en adelante referido como MdE:

Artículo Primero: Fines:

1.1 Las Partes establecen este Memorando de Entendimiento (MdE) con el objetivo de crear un entendimiento mutuo, establecer un ambiente cooperativo y definir, de común acuerdo, las bases para la cooperación internacional que se desarrollará en las áreas de enseñanza, investigación, desarrollo tecnológico, comunicación, información, gestión y

tão e políticas no campo da saúde em geral.

políticas en el campo de la salud en general.

Artigo Segundo: Âmbito da Cooperação

2.1 As Partes concordam em desenvolver relações/projetos de cooperação, com base nos princípios de reciprocidade e benefício mútuo, de acordo com as áreas enumeradas abaixo:

- a. Desenvolvimento institucional;
- b. Projetos de pesquisa e desenvolvimento;
- c. Intercâmbio acadêmico de pesquisadores, estudantes e funcionários;
- d. Intercâmbio de informação e documentação técnica no campo da saúde.
- e. Organização de cursos, seminários ou conferências científicas;
- f. Divulgação de resultados incluindo publicações de artigos e trabalhos científicos;
- g. Outros projetos/atividades que sejam de interesse comum.

Artigo Terceiro: Acordos Específicos, Planos de Trabalho e Termos Aditivos

3.1 O desenvolvimento de quaisquer atividades específicas descritas no artigo 2, "a", "b", "f" e / ou "g" deste MdE deverá ser precedida pela assinatura de acordos específicos contendo planos de trabalho detalhados (Anexo I).

3.2 O desenvolvimento de quaisquer projetos e / ou atividades sob a cooperação prevista neste MdE descrito no artigo 2, "c", "d" e / ou "e", deverá ser feito por meio de termos aditivos que devem conter informações específicas e planos de trabalho detalhados.

Artigo Quarto: Recursos Financeiros

4.1 A assinatura deste MdE não representa obrigação financeira entre as partes.

Artículo Segundo: Alcance de la Cooperación

2.1 Las Partes acuerdan desarrollar relaciones/proyectos cooperativos, basados en los principios de reciprocidad y beneficio mutuo, de acuerdo con las áreas enumeradas a continuación:

- a. Desarrollo institucional;
- b. Proyectos de investigación y desarrollo;
- c. Intercambio académico de investigadores, estudiantes y funcionarios.
- d. Intercambio de información y documentación técnica en el campo de la salud.
- e. Organización de cursos, seminarios o conferencias científicas;
- f. Difusión de resultados, incluida la publicación de artículos de revistas y artículos científicos;
- g. Otros proyectos / actividades que son de interés común.

Artículo Tercero: Acuerdos Específicos, Planes de Trabajo y Términos Adicionales

3.1 El desarrollo de cualquier actividad específica descrita en el artículo 2, "a", "b", "f" y / o "g" de este MdE irá precedida de la firma de acuerdos específicos que contengan planes de trabajo detallados (ANEXO I).

3.2 El desarrollo de cualquier proyecto y / o actividad bajo la cooperación prevista en este MdE descrito en el artículo 2, "c", "d" y / o "e", debe realizarse mediante términos adicionales que deben contener información específica y planes de planificación. trabajo detallado

Artículo Cuatro: Recursos Financieros

4.1 La firma de este MdE no representa una obligación financiera entre las partes.

4.2 As Partes comprometem-se a buscar recursos para as atividades acordadas, que podem ser próprios ou de terceiros.

4.3 Caso sejam definidas atividades ou projetos nos quais haja comprometimento de recursos financeiros, deverá ser elaborado Acordo Específico.

4.4 Em regime de reciprocidade as partes não exigirão pagamento de quaisquer taxas para intercâmbio

Artigo Quinto: Recursos Humanos

5.1 Os recursos humanos vinculados às instituições participantes neste MdE se regerão, em matéria de administração de pessoal, pela legislação própria às suas instituições de origem, de acordo com sua natureza jurídica, sem que adquiram vínculo trabalhista com a outra parte.

Artigo Sexto: Confidencialidade

6.1 As partes comprometem-se a manter a confidencialidade sobre quaisquer informações ou dados que possam ser compartilhados ou gerados em qualquer atividade realizada no âmbito deste MdE.

6.2 Isto não se aplica quando tal informação (i) é ou se torne de domínio público sem qualquer quebra do segredo ou falha por parte da Parte Receptora, (ii) já era do conhecimento da Parte Receptora previamente à sua divulgação pela Parte Reveladora, (iii) seja desenvolvida independentemente pela Parte Receptora sem referência às Informações recebidas pela Parte Reveladora, (iv) tenha sido disponibilizada à Parte Receptora por qualquer terceira parte, (v) seja de divulgação obrigatória por força de qualquer lei ou regulamento aplicável, ordem judicial, órgão administrativo ou outro órgão governamental, (vi) tenha a sua divulgação autorizada por escrito pela outra parte.

4.2 Las Partes se comprometen a buscar recursos para las actividades acordadas, que pueden ser propias o de terceros.

4.3 Si se definen actividades o proyectos en los que se comprometen recursos financieros, se debe elaborar un Acuerdo específico.

4.4 De forma recíproca, las partes no exigirán el pago de ninguna tarifa por los intercambios.

Artículo Quinto: Recursos Humanos

5.1 Los recursos humanos vinculados a las instituciones que participan en este MdE se registrarán, en términos de administración de personal, por la legislación específica de sus instituciones de origen, de acuerdo con su naturaleza legal, sin adquirir una relación laboral con la otra parte.

Artículo Sexto: Confidencialidad

6.1 Las partes se comprometen a mantener la confidencialidad de cualquier información o datos que puedan ser compartidos o generados en cualquier actividad llevada a cabo bajo este MdE.

6.2 Esto no se aplica cuando dicha información (i) es o pasa a ser de dominio público sin ninguna violación de secreto o falla por parte de la Parte receptora, (ii) ya era conocida por la Parte receptora antes de su divulgación por la Parte reveladora, (iii) es desarrollado independentemente por la Parte receptora sin referencia a la información recibida por la Parte reveladora, (iv) ha sido puesto a disposición de la Parte receptora por un tercero, (v) es divulgación obligatoria bajo cualquier ley o regulación aplicable, orden judicial, organismo administrativo u otro organismo gubernamental, (vi) tiene su divulgación autorizada por escrito por la otra parte.

- 6.3 As Partes comprometem-se a não divulgar, copiar, reproduzir ou de outra forma tornar disponíveis as Informações Confidenciais para qualquer terceiro sem o consentimento prévio e por escrito da Parte Reveladora.
- 6.4 As obrigações das partes nos termos desta cláusula continuarão em vigor por 5 (cinco) anos após a expiração ou término deste MdE.

Artigo Sétimo: Propriedade intelectual

- 7.1 É vedada a divulgação por qualquer meio de qualquer informação técnica desenvolvida, bem como qualquer informação sobre os resultados dos trabalhos realizados no âmbito do acordo, salvo quando houver autorização prévia por escrito da outra parte. Para esse fim, após um período de sessenta dias após uma das partes ter solicitado tal autorização à outra sem ter recebido uma resposta, o silêncio será entendido como uma autorização tácita.
- 7.2 O direito de propriedade, bem como a exploração dos resultados das pesquisas e atividades desenvolvidas conjuntamente no âmbito do presente acordo, patenteáveis ou não, deverá ser obrigatoriamente disciplinado por meio de acordo específico ou através de termo aditivo.
- 7.3 Nada neste MdE afetará a propriedade intelectual que cada Parte já possuía antes da assinatura deste acordo ou que desenvolver independentemente, sem utilizar recursos ou informações da outra Parte.
- 7.4 A cessão a terceiros dos direitos de propriedade referidos no subitem acima, bem como a exploração comercial dos mesmos não poderá ser realizada sem a anuência, formalizada por escrito, da outra Parte.
- 7.5 A publicação de resultados de atividades

- 6.3 Las Partes se comprometen a no divulgar, copiar, reproducir o poner a disposición de terceros información confidencial a terceros sin el consentimiento previo por escrito de la Parte divulgadora.
- 6.4 Las obligaciones de las partes bajo esta cláusula permanecerán en vigencia durante 5 (cinco) años después de la expiración o terminación de este MdE.

Artículo Séptimo: Propiedad Intelectual

- 7.1 Queda prohibida la difusión por cualquier medio de cualquier información técnica desarrollada, así como cualquier información sobre los resultados del trabajo realizado en el marco del acuerdo, a menos que exista autorización previa y por escrito de la otra parte. A tales efectos, transcurrido un plazo de sesenta días desde que una de las partes haya solicitado dicha autorización a la otra sin que se haya obtenido respuesta, se entenderá el silencio como tácita autorización.
- 7.2 El derecho a la propiedad, así como la explotación de los resultados de las investigaciones y actividades desarrolladas conjuntamente bajo este acuerdo, patentables o no, serán acordadas obligatoriamente por medio de acuerdo específico o a través de una adenda.
- 7.3 Nada en este MdE afectará la propiedad intelectual que cada Parte ya poseía antes de la firma de este acuerdo o que desarrolle independientemente, sin utilizar recursos o información de la otra Parte.
- 7.4 La cesión o licencia a terceros de los derechos de propiedad a que se refiere el inciso anterior, así como su explotación comercial no puede hacerse sin el consentimiento, formalizado por escrito, de la otra parte.

relacionadas a este acordo deverá mencionar o apoio recebido desta cooperação, indicar sua fonte de dados e autores.

7.6

7.7 Em matéria de proteção dos direitos de propriedade intelectual, a Udelar rege-se pela Ordenança dos Direitos de Propriedade Intelectual aprovada pelo Conselho Diretivo Central em 08 de março de 1994 e suas modificações, e a Fiocruz rege-se pela legislação brasileira aplicável, sem prejuízo das disposições estabelecidas no presente acordo.

Artigo Oito: Comitê Coordenador

8.1 As Partes estabelecem um Comitê responsável por coordenar a elaboração de programas e projetos; ser ponto focal das comunicações oficiais; e realizar o monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito do MdE. O Comitê será formado:

a. Pela parte da Fiocruz:

O Diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde, ou um representante por ele indicado; contato: +55 21 38851616, cris@fiocruz.br

A Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação, ou um(a) representante por ela indicado(a); contato: +55 21 38851659, edu.internacional@fiocruz.br

b. Pela parte da Udelar:

O Presidente do Serviço de Relações Internacionais, ou representante designado; contato: sri@internacionalesudelar.edu.uy

Artigo Nono: Proteção de Dados Pessoais

9.1 As Partes se comprometem a cumprir

7.5 7.4 La publicación de los resultados de las actividades relacionadas con acuerdo deberá mencionar el apoyo recibido de esta cooperación, indicar el origen de los datos y los autores.

7.6 En materia de protección de los derechos de la propiedad intelectual, la Udelar se rige por la Ordenanza de los Derechos de la Propiedad Intelectual aprobada por el Consejo Directivo Central con fecha 08 de marzo de 1994 y sus modificativas y la Fiocruz se rige por la legislación brasileña aplicable, sin perjuicio de las disposiciones establecidas en el presente acuerdo.

Artículo Ocho: Comité Coordinador

8.1 Las Partes establecen un Comité responsable de coordinar la elaboración de programas y proyectos; ser el punto focal de las comunicaciones oficiales; y llevar a cabo el monitoreo y la evaluación de las acciones desarrolladas dentro del alcance del MdE. El Comité estará formado:

a. Para Fiocruz:

El Director del Centro de Relaciones Internacionales en Salud, o un representante designado por él; contacto: +55 21 38851616, cris@fiocruz.br

La Vicepresidencia de Educación, Información y Comunicación, o un(a) representante por ella indicado(a); contacto: +55 21 38851659, edu.internacional@fiocruz.br

b. Por la Udelar:

El Presidente del Servicio de Relaciones Internacionales, o un representante designado por él; contacto: sri@internacionales.udelar.edu.uy

Artículo Nueve: Protección de Datos Personales

quaisquer leis nacionais e regulamentos sobre Tratamento e Proteção de Dados Pessoais, quando aplicável, informando e aconselhando a outra Parte sobre suas possíveis obrigações.

9.2 No caso do Brasil, a Lei Brasileira No. 13.709/2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais inclusive sobre os meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa física.

9.3 A Udelar reger-se-á pela normativa vigente relativa à proteção de dados, sendo esta a Lei nº 18.331 – “Lei de Proteção de Dados Pessoais” – e o Decreto Regulamentar nº 414/009, bem como pela Lei nº 18.381 – “Lei sobre o Direito de Acesso à Informação Pública”.

Artigo Décimo: Solução de Controvérsias

10.1 As partes concordam que, se surgirem descentendimentos na aplicação ou interpretação deste MdE, procurarão resolver as ditas discordâncias por meio de negociação de boa-fé no Comitê Coordenador. Caso em 60 dias, a partir da comunicação da controvérsia, não for possível encontrar uma solução que atenda a ambas as partes, a controvérsia será levada à conciliação por um ou mais conciliadores escolhidos de comum acordo.

10.2 Caso em mais 60 dias não for resolvida a controvérsia relacionada a este MdE se submeterá à jurisdição e às leis do país da parte demandada.

Artigo Décimo Primeiro: Vigência, Prorrogação e Resolução

11.1 A Vigência do MdE será de cinco anos,

9.1 Las Partes se comprometen a cumplir con las leyes y reglamentos nacionales sobre Tratamiento y Protección de Datos Personales, cuando corresponda, informando y asesorando a la otra Parte sobre sus posibles obligaciones.

9.2 En el caso de Brasil, la Ley Brasileña N° 13.709/2018, que prevé la protección de datos personales, incluidos los medios digitales, con el objetivo de proteger los derechos fundamentales de la libertad y la privacidad y el libre desarrollo de la personalidad del individuo.

9.3 La Udelar se regirá por la normativa vigente en la materia relativa a la protección de datos siendo la misma la ley 18.331 “Ley de Protección de Datos Personales” y el Decreto Reglamentario 414/009. Así como la ley 18.381 “Ley sobre el Derecho de Acceso a la Información Pública.”

Artículo Décimo: Solución de Controversias:

10.1 Las partes acuerdan que, si surgen desacuerdos en la aplicación o interpretación de este MdE, buscarán resolver dichos desacuerdos negociando de buena fe en el Comité Coordinador. Si, dentro de los 60 días, a partir de la comunicación de la disputa, no es posible encontrar una solución que sirva a ambas partes, la disputa será llevada a la conciliación por uno o más conciliadores elegidos de común acuerdo.

10.2 Si la disputa no se resuelve en otros 60 días y es inevitable llevar el asunto ante la justicia cualquier disputa relacionada con este MdE estará sujeta a la jurisdicción y las leyes del país del demandado

Artículo Undécimo: Duración, Extensión y Resolución

11.1 El plazo del MdE será de cinco años, conta-

contados a partir da data de sua última assinatura. Qualquer das partes poderá rescindi-lo, informando a outra parte com um prazo mínimo de três meses, sem prejuízo de atividades que estejam em curso. O MdE poderá ser alterado e prorrogado por decisão mútua por escrito entre as Partes, na forma de termos aditivos.

Artigo Décimo Segundo:

- 10.1 Assinatura e idiomas Totalmente compatível e de acordo, as Partes assinam este instrumento em dois idiomas originais, português e espanhol, ambos igualmente válidos.

Em nome da / En nombre de la
Fundação Oswaldo Cruz:



Documento assinado digitalmente

MARLY MARQUES DA CRUZ

Data: 31/07/2025 11:46:24-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Marly Marques da Cruz
Vice-Presidente de Educação, Informação e
Comunicação

dos a partir de la fecha de su última firma. Cualquiera de las partes puede rescindirlo e informar a la otra con un período mínimo de tres meses, sin perjuicio de las actividades en curso. El MdE puede ser enmendado y extendido por decisión mutua por escrito entre las Partes, en forma de términos adicionales.

Artículo Duodécimo:

12. 1 Firma y Lenguas Totalmente compatibles y en acuerdo, las Partes firman el presente instrumento en dos idiomas originales, portugués y español, ambos igualmente válidos.

Em nome da / En nombre de la
Universidad de la República:

Firmado digitalmente por: CN=GONZALO VICCI
GIANOTTI, SERIALNUMBER=DNI18570784,
C=UY

Fecha: 29/07/2025 12:52:36 -0300

Gonzalo Vicci Gianotti
Presidente del Servicio de Relaciones Internacionales

Data da última assinatura / Fecha de la última firma: